

O CURRÍCULO ESCOLAR VINCULADO AOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS E O CONTEÚDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Rosenilde Silva dos Santos

rosaflogeo@gmail.com¹

Adriana Olívia Alves

adrianaolivia.ufg@gmail.com²

Resumo

A pesquisa tem como objetivo principal analisar o conteúdo de história e cultura africana e afrobrasileira vinculados aos conhecimentos geográficos na perspectiva do currículo escolar. De um lado, no nível acadêmico as contribuições que versam esse conteúdo estão associadas as referências da Lei nº 10.639/03, de outro, no nível escolar, a Base Nacional Comum Curricular (2017), tem orientado uma perspectiva com grande ênfase nas questões étnico-raciais no Brasil. Os objetivos específicos são: a) Refletir sobre o currículo escolar e os desdobramentos relativos ao currículo oficial relacionados à BNCC; b) Identificar os conteúdos de história e cultura africana e afrobrasileira no componente curricular Geografia nos anos iniciais e finais no Ensino Fundamental; c) Reconhecer orientações de abordagens dos conteúdos de história e cultura africana e afrobrasileira no componente curricular Geografia no Ensino Fundamental. A pesquisa qualitativa em educação em que se assenta este trabalho está consubstanciado no tipo documental, que confere um registro único e particular que marcar um passado recente (CELLARD, 2008). Como resultado, verificamos que o currículo escolar associado ao currículo oficial contribui na leitura da correlação entre a prescrição legal relacionada ao componente curricular Geografia e a influência das práticas das práticas políticas, econômicas e sociais. Essas são resultantes de tomadas de ações públicas e privadas, que revela valores de grupos sociais e tendências no tempo e no espaço.

Palavras-chave: currículo escolar, conhecimentos geográficos, história e cultura africana e afrobrasileira

Introdução

¹Licencianda em Geografia; este trabalho se configura como resultado preliminar de reflexão desenvolvida no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso.

²Prof^aDr^a do quadro efetivo do Instituto de Estudos Socioambientais – IESA – UFG.



Tratar de ensino de geografia, em especial nos anos iniciais sobre uma (des) construção do racismo vigente na formação escolar, pressupõe conhecimento das leis de diretrizes e bases no Brasil, onde precisamos, necessariamente, que analisar e ressaltar a lei que orienta o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e compreender quais foram as convicções e demandas de quem lutou para a criação e atualização da lei.

O Brasil é um país multiétnico que abriga, historicamente, descendente de africanos que se dispersaram na diáspora causada pelo intenso tráfico de escravizados que perdurou dos séculos XVI a XIX no país GOMES (2011, p. 109-121), e apenas a partir do ano 2000 os movimentos sociais de inclusão desta parcela da população tiveram maior espaço em função de suas lutas, para problematizar a inexistência de pessoas negras no mercado de trabalho, na formação básica e superior, bem como sua participação na construção do país.

Após muita luta do movimento negro, com ênfase na década de 1970, foram atendidas algumas demandas resultando em políticas públicas para inclusão da temática da contribuição da população africana para a construção da sociedade brasileira. Neste contexto surge a Lei 10.639/03, que orienta o ensino da temática da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, com alterações no ano de 2008 para incluir a discussão dos povos indígenas, sendo assim, a partir deste momento, a abordagem orientada da temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as disciplinas de modo interdisciplinar, em especial no ensino de Artes, Literatura e História, de acordo apresentado na redação da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996).

Diante disso, a Geografia como a ciência que estuda o espaço geográfico e, em especial a inter-relação da sociedade com o meio, seja ele urbano e rural, é de fundamental importância na formação dos sujeitos enquanto cidadãos conscientes de sua realidade e críticos quanto a ela, de modo a construir uma educação libertadora dos preconceitos e estigmas sociais.

Nota-se, com o processo histórico da criação da lei, que o movimento negro atentou-se para a importância do currículo para desconstruir e construir uma sociedade pautada no respeito à diversidade existente e para tanto, é necessário compreender a importância do currículo no Brasil, fato importante a ressaltar, é que a constituição intelectual e difusora do ensino tem, até os dias atuais, características do processo de colonização brasileira, o que resulta numa necessidade de debates ideológicos imbuídos no currículo escolar.

O currículo escolar

Ao mesmo tempo em que os afrodescendentes existem e constituem a história do Brasil, são negligenciados pelo Estado brasileiro até os dias atuais, visto que o Estado oculta a importância da cultura negra e dos afrodescendentes na construção deste país ao propagar a ideia de democracia racial (SOUZA, 2016, p.04-19.), como é difundido através dos meios de comunicação e no espaço escolar, como explicita Ferreira Santos:

Expressões sociais e valores subjacentes à cosmovisão patriarcal, cujo mito prometéico é o terreno simbólico que as mantêm, são, largamente, difundidas no tecido social e propagadas por seus equipamentos civilizacionais, por excelência: a escola, o Estado e os meios de comunicação. (FERREIRA SANTOS, 2005, p.215).

Nos materiais didáticos não é incomum identificar imagens e conteúdos que são apresentados de modo pejorativo sobre o continente africano e sobre a população negra brasileira, bem como o uso de termos empregado no cotidiano. Isto ocorre em todos os âmbitos, não diferente no espaço escolar, o que torna necessário, também, estudar a realidade da população a partir do currículo escolar.

A elaboração do currículo é sustentada por representações sociais através da cultura que se dá por meio da relação entre teoria e a prática do currículo. Segundo Libâneo (2008, p.205), essas representações dizem respeito sobre o como entender as ideias, conhecimentos, modo de agir, como produzir e reproduzir para a manutenção de um determinado tipo de sociedade. Além disso, demonstra um posicionamento escolar face de uma cultura branca, masculina e europeia produzida pela sociedade. Para o autor supracitado, existe ensino porque existe uma cultura, neste caso, branca europeia e o currículo existe para selecionar e organizar essa cultura.

Assim, o papel social exercido pela escola, (LIBÂNEO, *apud* SACRISTÁN, 2008, p.170), é efetivado através do currículo ao selecionar e organizar a cultura por meio deste documento.

O currículo tem como função refletir as intenções (objetivos) e ações (conhecimentos, procedimentos, valores, formas de gestão, de avaliação, dentre outros), que se realizam por meio dos professores e as condições escolares, por meio de sua gestão ao buscar proporcionar qualidade ao processo de ensino e aprendizagem (et al CARVALHO e DIOGO, 1994). Para



Libâneo, a proposta curricular diz respeito à orientação prática da ação de acordo com um plano mais amplo, é um nível do planejamento entre o projeto pedagógico e a ação prática. (LIBÂNEO, 2008, p.205)

Na análise das autoras Lopes e Macedo (2011, p. 55), quando se afirma que determinado conhecimento é hegemônico, quer dizer que são ocultadas as contradições sociais, prevalecendo a de quem ocupa o poder e propõe as políticas públicas e conseqüentemente também é quem propõe o currículo com a intencionalidade em disseminar um conhecimento hegemônico.

Sacristán (2013, p. 16-35) corrobora com esta afirmação ao ressaltar que é por meio do currículo que a escola realiza o seu papel social. Neste sentido, se faz totalmente necessário conhecer e reconhecer cada etapa do currículo formal, real e oculto, para então contribuir em sua atuação social no contexto escolar e na transformação do aluno ao colaborar para que este seja o sujeito da sua construção histórica e intelectual.

O currículo apresenta os conteúdos que serão ensinados e aprendidos como sendo um mecanismo de regulação. Sacristán (2013, p. 16-35) aponta que o currículo é um importante meio para a demonstração de um projeto cultural e educacional. Deste modo é através do currículo que se altera o processo educativo para uma educação libertadora para todos os estratos sociais.

Libâneo (2008, p.205) sintetiza a concepção do currículo e suas etapas, sendo eles o currículo formal, o real e o oculto. O currículo *formal* para este autor é o documento estabelecido pelas instituições reguladoras do ensino, que contém como característica explicitar conteúdos e objetivos das áreas ou disciplinas de estudos. Este é o documento que oficialmente deve ser seguido por todas as instituições de ensino do país, apresentamos como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional do Comum Curricular (BNCC) criados e divulgados pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), sendo deste modo o “guia” dos estados e municípios brasileiros, tanto para o ensino público quanto privado.

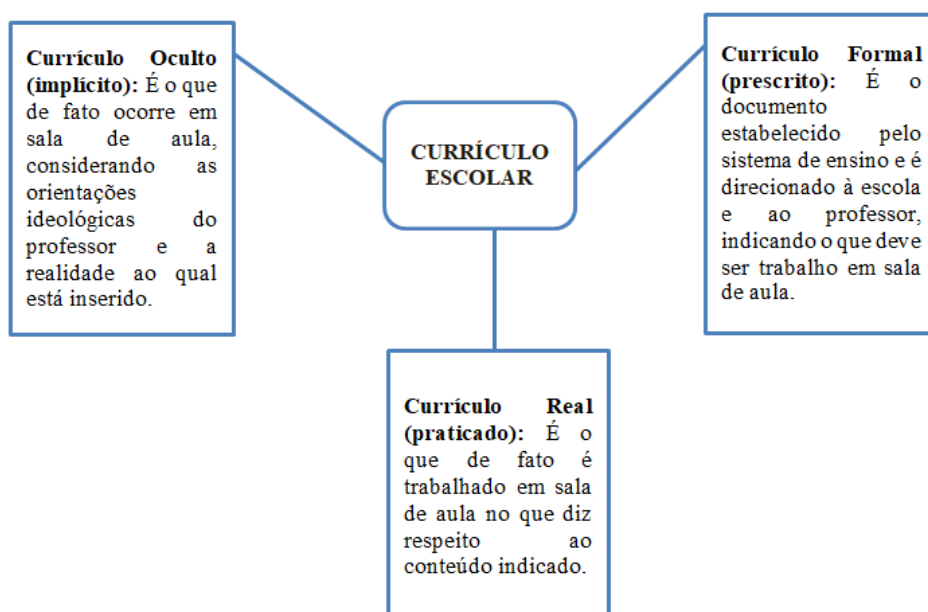
O currículo não pode ser compreendido apenas como sinônimo de orientações curriculares do conteúdo escolar, a exemplo dos PCNs e da BNCC, esta última organizada sob a forma de unidades temáticas, que fazem uso de objetos de conhecimento para desenvolver habilidades. O currículo é também um espaço de disputa ideológica, há disputa no quê e porque ensinar desde o nível de sua construção como orientação nacional até a construção e prática local escolar e pelos profissionais atuantes neste ambiente.

Por conseguinte, Libâneo (2008, p.205) propõe o currículo *real* definido pelo autor como aquilo que de fato ocorre em sala de aula, e que responde ao projeto pedagógico e ao plano de ensino planejado. Mesmo tendo alterações na atuação do professor por suas crenças e valores, é desenvolvido o que foi entendido do currículo formal, sendo que o professor não abre mão de sua construção ideológica e de valores pessoais.

Importante ressaltar o currículo *oculto*, que corresponde ao aprendizado pelos alunos nas relações sociais, experiências vivenciadas no ambiente escolar, familiar e social. Ele é entendido como oculto porque ele não está no planejamento escolar, mas está presente na intencionalidade dos sujeitos envolvidos. (LIBÂNEO, 2008, p.205).

Para sintetizar e facilitar a identificação de cada etapa do currículo apresentamos este organograma (figura 1).

Figura (1): Organograma das Concepções de Currículos



Resultados e discussões

Por muitos anos o processo educativo brasileiro tem



reforçado estigmas pejorativos às pessoas negras, da estética ao intelecto, estigmas que racializam os estudantes no espaço escolar e que, ao realizar análises a despeito das problemáticas existentes na escola, raro é citado os problemas causados pela inexistência da discussão racial, resultando por vezes num aumento do índice de evasão dos estudantes, segundo Sousa (2005, p. 105): “[...] avaliamos que a questão da discriminação, da desvalorização dos alunos negros, muitas vezes, pode dificultar a integração destes e prejudicar seu desempenho escolar”.

Como SOUSA (2005, p.105) aborda, o espaço escolar é um espaço de disputa ideológica e com isso, após a década de 1970 o Movimento Negro no auge de suas lutas, compreendeu que a educação era uma pauta de fundamental importância para uma consciência racial no Brasil, um dos resultados de suas reivindicações foi a criação da lei que orienta o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, como bem aborda GOMES (2011, p. 109-121).

O espaço escolar tem um grande peso na constituição do sujeito, na constituição do cidadão brasileiro, de modo, que o espaço escolar tem grande responsabilidade na construção de uma sociedade, como nos apresenta SOUZA (2016, p.04-19).

A escola, com suas práticas ditas pedagógicas, com os materiais utilizados para auxiliar o ensino aprendizagem de seus/suas alunos/as, influencia, de forma parcial, em demasia o decorrer das situações cotidianas travadas em seu cerne. (SOUZA, 2016, p.04-19).

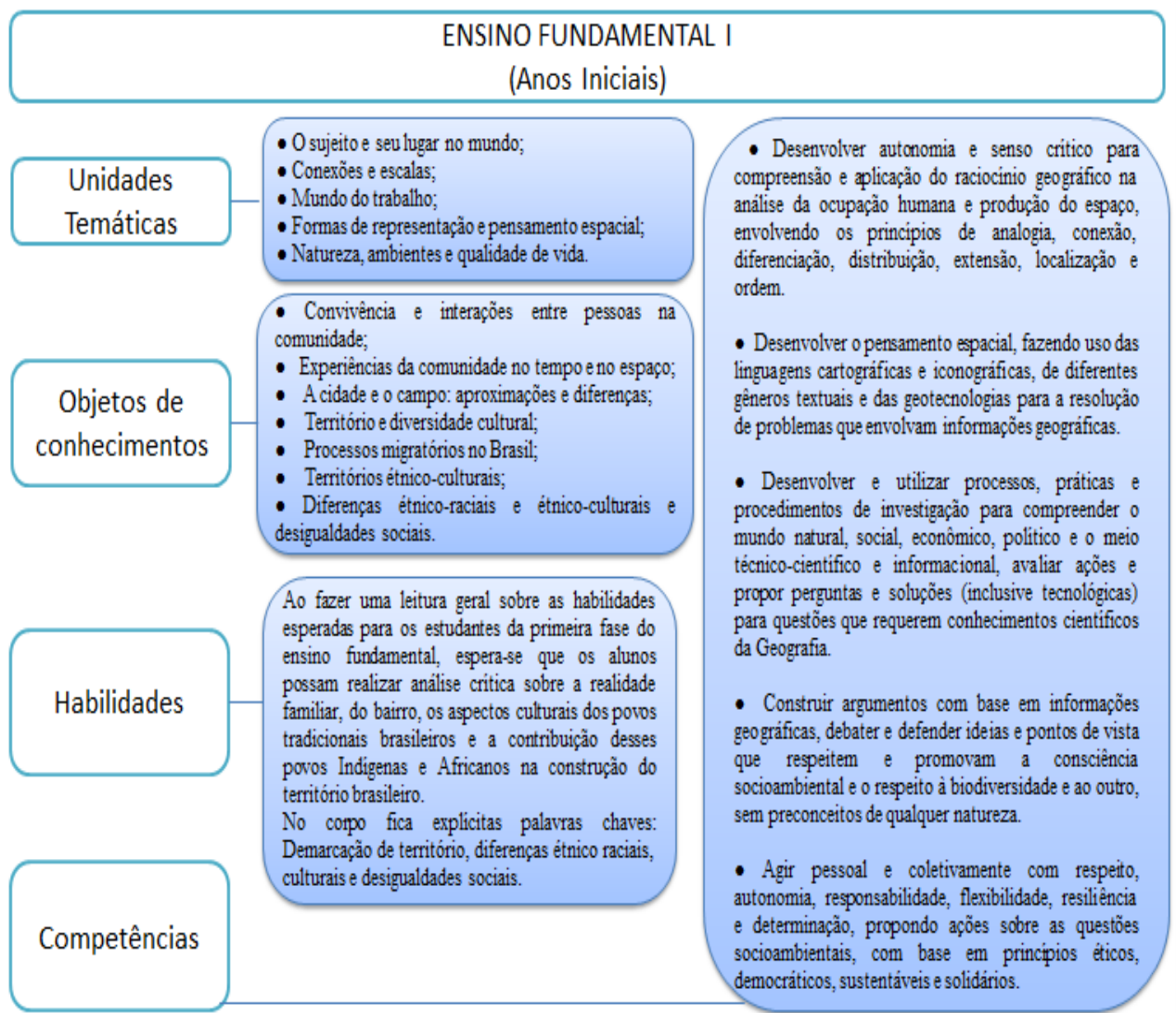
Entende-se, portanto, que o espaço escolar é de fundamental importância na desconstrução do racismo. A geografia, como uma área do conhecimento difundida no espaço escolar, tem sua contribuição e é de grande importância, como SOUZA (2016, p.04-19) afirma.

A Geografia, enquanto disciplina escolar, tem um papel crucial no tratamento das temáticas referentes às africanidades, a população negra e o continente africano, na medida em que propicia ao/a professor/a condições de rever práticas e posturas, conceitos e paradigmas na construção de uma educação antirracista que preze a diversidade e a igualdade racial. (SOUZA, 2016, p.04-19).

A população brasileira é constituída por maioria negra, sendo este um grupo 54% da população brasileira, de acordo censo do IBGE de 2010, o que aciona a necessidade de pensar a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no ensino como um todo, não apenas na História, Artes e Literatura, como apresentado pela lei 10.639/03, as demais áreas do conhecimento é indicado trabalhar de modo transversal.

Deste modo, buscamos compreender os elementos que são trabalhados no material didático escolar, de modo a entender como são orientados a abordar no ensino de noções geográficas a contribuição da população negra no Brasil, nas orientações da BNCC dos anos iniciais aos anos finais.

Figura 02: Organograma dos conteúdos sobre história e cultura africana e afrobrasileira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Base Nacional Comum Curricular no componente curricular Geografia.



Elaboração: SANTOS, Rosenilde Silva. 2018.

Fonte: BNCC, 2017.



O ensino de geografia é enquanto área de conhecimento é orientada a partir do 5º ano do ensino fundamental, antes deste período, os profissionais orientados a trabalhar com o ensino de noções geográficas são pedagogos, profissionais de área apenas nos anos finais.

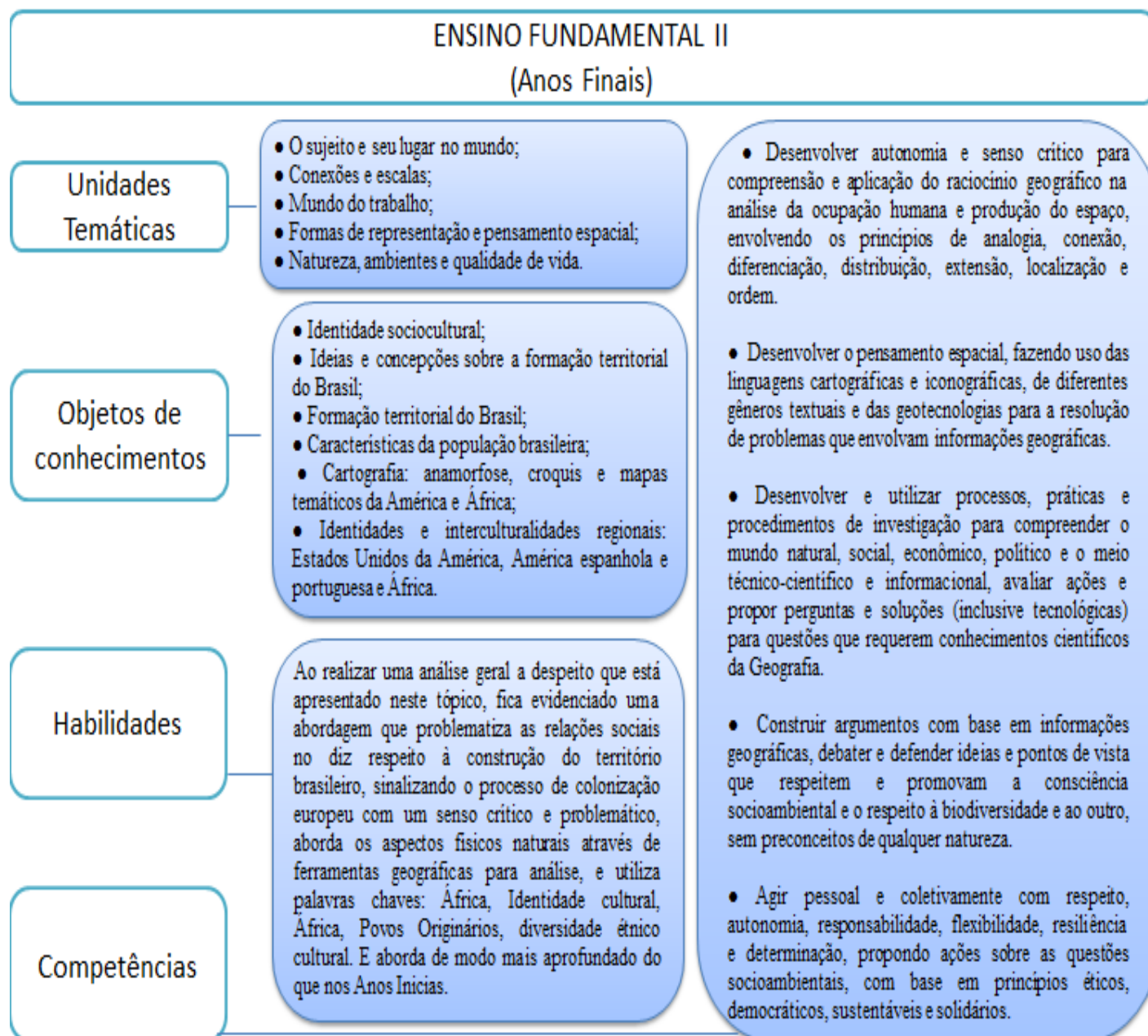
O conteúdo orientado a ser ensinado a partir o 3º ano dos anos iniciais apresenta um teor que possibilita ao profissional, desde que orientado e com uma perspectiva crítica, contribuir com uma formação educacional onde os alunos afrobrasileiros sintam-se incluídos e conheça uma verdade não contada nos espaços escolares.

No ensino de geografia tem-se discutido desde a década de 1970, com o surgimento da Geografia Crítica, o papel do ensino de geografia e a importância de uma ciência que inclui sujeitos até então excluídos, porque, com a geografia anterior, essa ciência tinha como papel fazer uma manutenção da identidade nacional, identidade esta que excluía povos indígenas, quilombolas, africanos e afro-brasileiros, deste modo, como afirma Straforinni, a geografia tem como papel interrelacionar o conhecimento científico com a realidade a qual está inserido e identificar que uma realidade não está dissociada da outra.

Quando fazem uso da realidade do aluno, limitam-se a descrevê-la. Percebeu-se também uma incoerência no modo de ensinar com movimento do viver da sociedade, incoerência esta apresentada pelo fato dos professores ensinarem conteúdos pretensamente neutros que acabam mascarando a realidade. Deixam de lado a ligação do conteúdo com a vida, como se no momento exato em que os alunos tivessem contato com a mesma, não estivessem vivendo situações que estes mesmos conteúdos pudessem explicar, fazer compreender ou transformar. (STRAFORINNI, Pag 98.)

Ao analisar a BNCC, observa-se que as temáticas são conduzidas para um aprofundamento nos anos finais, como apresentado no organograma 3. O que vai de encontro com a análise de Straforini corrobora com a proposta de um ensino de geografia que insere os alunos, no entanto, apesar da orientação do currículo oficial o modo como será conduzido esse conteúdo vai depender da atuação do professor, com o currículo oculto.

Figura 03: Organograma dos conteúdos sobre história e cultura africana e afrobrasileira nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Base Nacional Comum Curricular no componente curricular Geografia.



Elaboração: SANTOS, Rosenilde silva. 2018.

Fonte: BNCC, 2017.



Como está apresentado nos organogramas 1 e 2, a BNCC é constituída com os objetos de conhecimentos, elucidam o que é pra ser trabalhado de modo a desenvolver habilidades e competências, para se atingir determinado nível de conhecimento, como está explicitado na figura (2), demonstram-se as unidades temáticas, onde foi realizada uma leitura e utilizado como elemento de seleção, palavras chaves a exemplo de: África, étnico raciais, étnico culturais, construção territorial, dentre outras, como é possível observar na figura. Como modo de delimitar a investigação, observamos palavras chaves e contextos ao qual compreendemos que teria abertura para se trabalhar a temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, o que, aos nossos olhos, ficou evidente que nos anos iniciais não há um aprofundamento sobre esta temática, apenas um breve e pequeno apontamento, a figura (2), como será observada, elucidam um aprofundamento e ampliação desta temática.

A BNCC propõe para o processo de ensino escolar unidades temáticas, onde explanam o que é pra ser trabalhado em sala de aula. Com os objetos de conhecimentos, elucidam o que é pra ser trabalhado de modo a desenvolver habilidades e competências, para se atingir determinado nível de conhecimento, como está explicitado na figura (2), demonstram-se as unidades temáticas, onde foi realizada uma leitura e utilizado como elemento de seleção, palavras chaves a exemplo de: África, étnico raciais, étnico culturais, construção territorial, dentre outras como é possível observar na figura. Como modo de delimitar a investigação, observamos palavras chaves e contextos ao qual compreendemos que teria abertura para se trabalhar a temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, o que, aos nossos olhos, ficou evidente que nos anos iniciais não há um aprofundamento sobre esta temática, apenas um breve e pequeno apontamento, a figura (3), como será observada, elucidam um aprofundamento e ampliação desta temática.

Considerações finais

O ensino de geografia tem grande possibilidade de contribuir com uma educação antirracista, afinal, a geografia contribui de modo direto na formação do sujeito com uma proposta de ensino crítico e construtivo. Essa ciência, pela sua atuação enquanto uma ciência que lê o mundo em sua completude pode corroborar com uma abordagem que problematiza a realidade racista no Brasil qual os alunos estão inseridos.

O ensino de geografia está presente no ensino básico brasileiro desde os anos iniciais, nessa etapa do ensino, ela se encontra de modo indireto, até porque nessa fase da formação é

ensinada noções geográficas, como verificado nas orientações da BNCC e lecionada por pedagogos. As temáticas identificadas nos anos iniciais são, por exemplo, sobre a constituição da população brasileira e a construção da sociedade brasileira, e estas podem, ao serem trabalhadas de modo crítico, contribuir na formação de um sujeito que compreende a realidade do país e auxilia na mudança da realidade desde os anos iniciais.

Foram utilizadas palavras chave, a exemplo de, África, afro-brasileiro, relações étnico raciais e estas palavras direcionaram para conteúdos que são orientados a serem ensinados desde os anos iniciais, e estas temáticas podem contribuir com um ensino antirracista, onde alunos afro-brasileiros compreendam a importância de seu povo na construção da sociedade brasileira, junto as demais crianças, sendo este um ensino de modo crítico para formar cidadãos críticos.

No desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada análise documental, por entender que a análise da Base Comum Curricular é o documento oficial que orienta quais são os conteúdos a serem ensinados em cada ano e fase do ensino brasileiro, na análise desse documento foi utilizado como comando, palavras chave, a exemplo de África, identidade cultural, povos originários e diversidade étnico racial, com o intuito de identificar o conteúdo e elementos que podem ser encaminhados pelos docentes no espaço escolar de modo a construir um conhecimento que inclui mais de uma verdade sobre a construção da sociedade brasileira e que é ocultada nos espaços de conhecimento e de informação no cenário brasileiro.

Como resultado obtido, identificamos que na BNCC há orientação para o desenvolvimento da lei 10.639/03, a partir do 3º ano do ensino fundamental dos anos iniciais, de modo introdutório e um aprofundamento maior nos anos finais, como apresentado nos Organogramas 2 e 3.

Referências

- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- FERREIRA SANTOS, Marcos. **Ancestralidade e convivência no processo identitário: a dor do espinho e a arte da paixão entre Karabá e Kiriku**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. 2005. p.215. Brasília, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAAE-v.2, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.



LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: **teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Mf Livros, 2008. 250 p.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O que significa currículo?** In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. **Linguagens escolares e reprodução do preconceito**. Pg. 105. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.10.639/03/Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e diversidade e diversidade.

SOUZA, Lorena Francisco de. **As relações Etnicorraciais na Geografia escolar: Desafios metodológicos e pedagógicos**. Revista produção acadêmica-Núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/NURBA -vol. 2.n.2. Dezembro, 2016. P 04-19.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. Editora Annablume. São Paulo, 2006. P. 81.

Sites Consultados:

BRASIL, MEC. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 12-05-2019.

BRASIL, MEC. (p. 355 -377)